

ENTRE PRÓSPERO E CALIBAN

COLONIALISMO, PÓS-COLONIALISMO E INTERIDENTIDADE¹

Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

Se a identidade ocidental moderna resulta em boa medida do colonialismo, no espaço-tempo da língua portuguesa ela reflete as especificidades do colonialismo português. Trata-se de um colonialismo subalterno, ele próprio "colonizado" em sua condição semiperiférica, cuja compreensão escapa ao pensamento pós-colonial dos países centrais, baseado no colonialismo hegemônico. Propõe-se neste ensaio o conceito de interidentidade para figurar tal conformação identitária complexa, com traços de colonizador e de colonizado. A falta e a nostalgia de hegemonia propiciaram a formação de colonialismos internos que perduram até hoje. À luz disso, o autor conclui que o pós-colonialismo português deve manifestar-se, em tempo de globalização neoliberal, como anticolonialismo e como globalismo contra-hegemônico.

Palavras-chave: colonialismo português; pós-colonialismo; identidade.

SUMMARY

If modern western identity comes largely from colonialism, in Portuguese speaking time-space it reflects the particularities of Portuguese colonialism. It is a subaltern colonialism, "colonized" in its semi-peripheral condition, and not wholly understandable to post-colonial thought of central countries, which is based on hegemonic colonialism. This essay proposes the concept of interidentity to picture such complex identity construction, in which features of the colonizer and of the colonized are combined. The lack and the nostalgia of hegemony have lead up to the formation of internal colonialisms that resist up to day. Therefore, the author concludes that Portuguese post-colonialism, in face of neo-liberal globalization, should manifest itself as anti-colonialism and as counter-hegemonic globalism.

Keywords: Portuguese colonialism; post-colonialism; identity.

(1) Uma versão ampliada deste ensaio encontra-se em Ramalho, Maria Irene e Ribeiro, Antonio S. (orgs.). *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, 2001.

Com este trabalho pretendo dar mais um passo numa investigação em curso sobre os processos identitários no espaço-tempo da língua portuguesa, ou seja, numa vasta e multissecular zona de contato que envolveu portugueses e outros povos da América, Ásia e África. As hipóteses de trabalho que orientam esta investigação foram formuladas em trabalhos anteriores. Relembro-as aqui de modo muito sumário.

A primeira hipótese é que desde o século XVII Portugal é um país semiperiférico no sistema mundial capitalista. Essa condição — a que melhor caracteriza a longa duração moderna da sociedade portuguesa — evoluiu ao longo dos séculos mas manteve seus traços fundamentais: um

desenvolvimento econômico intermédio e uma posição intermediária entre o centro e a periferia da economia-mundo; um Estado que, por ser simultaneamente produto e produtor dessa posição intermediária, nunca assumiu plenamente as características do Estado moderno dos países centrais, sobretudo as que se cristalizaram no Estado liberal a partir de meados do século XIX. A segunda hipótese é que essa condição semiperiférica se reproduziu com base no sistema colonial e reproduz-se, há quinze anos, no modo como Portugal está inserido na União Europeia (UE). Daí decorrem três sub-hipóteses: o colonialismo português, sendo conduzido por um país semiperiférico, foi ele próprio semiperiférico, ou subalterno; em razão de suas características e duração histórica, a relação colonial protagonizada por Portugal impregnou de modo muito particular e intenso as configurações de poder social, político e cultural não só nas colônias como no seio da própria sociedade portuguesa; o processo de integração na UE, apesar de sua curtíssima duração em comparação com o ciclo colonial, parece destinado a ter na sociedade portuguesa um impacto tão dramático quanto o que teve o colonialismo — em aberto está a questão do sentido e do conteúdo desse impacto².

A terceira hipótese geral diz respeito ao valor analítico da teoria do sistema mundial para entender a posição de Portugal — se periférica, semiperiférica ou central — nas atuais condições de globalização³. A quarta hipótese é que a cultura portuguesa é uma cultura de fronteira: não tem conteúdo, tem sobretudo forma, e essa forma é a da zona fronteira. A cultura portuguesa sempre teve uma grande dificuldade em se diferenciar de outras culturas nacionais ou, se preferirmos, uma grande capacidade para não se diferenciar de outras culturas nacionais, mantendo até hoje uma forte heterogeneidade interna⁴.

Neste texto debruço-me sobre as práticas e discursos que caracterizam o colonialismo português e o modo como impregnaram os regimes identitários nas sociedades que dele participaram, tanto durante o período colonial como depois da independência das colônias, com incidência sobretudo na África e na América.

O colonialismo português e o pós-colonialismo

A especificidade do colonialismo português

Formular a caracterização do colonialismo português como "especificidade" exprime as relações de hierarquia entre os diversos colonialismos europeus. Se a especificidade é a afirmação de um desvio em relação a uma norma geral, nesse caso a norma é dada pelo colonialismo britânico: é em relação a ele que se define o perfil — subalterno — do colonialismo português. Tal subalternidade é dupla, porque se manifesta tanto no domínio das práticas como no dos discursos coloniais. No domínio das práticas, a

(2) Sousa Santos, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995, pp. 53-74, 135-157.

(3) Idem. "Os processos da globalização". In: idem (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* São Paulo: Cortez, 2001, pp. 25-102.

(4) Idem, *Pela mão de Alice*, loc. cit., pp. 150-151.

subalternidade está no fato de que Portugal, como país semiperiférico, foi ele próprio, durante longo período, um país dependente — em certos momentos quase uma "colônia informal" — da Inglaterra. Tal como ocorreu com o colonialismo espanhol, a conjunção do colonialismo português com o capitalismo foi muito menos direta do que a que caracterizou o colonialismo britânico. Em muitos casos essa conjunção se deu por delegação, ou seja, sob o impacto da pressão inglesa por meio de mecanismos como condições de crédito e tratados internacionais desiguais. Assim, enquanto o Império Britânico assentou num equilíbrio dinâmico entre colonialismo e capitalismo, o Português assentou num desequilíbrio, igualmente dinâmico, entre um excesso de colonialismo e um déficit de capitalismo.

No domínio dos discursos coloniais, a subalternidade do colonialismo português reside no fato de que desde o século XVII a história do colonialismo foi escrita em inglês, e não em português. Isso significa que o colonizador português tem um problema de auto-representação algo semelhante ao do colonizado pelo colonialismo britânico. A necessidade de definir o colonialismo português em sua especificidade quanto ao colonialismo hegemônico significa a impossibilidade ou dificuldade de defini-lo em termos que não reflitam essa subalternidade. Por um lado, o colonizado português tem um duplo problema de auto-representação: em relação ao colonizador que o colonizou e em relação ao colonizador que, não o tendo colonizado, escreveu no entanto a história de sua sujeição colonial. Por outro, o problema de auto-representação do colonizador português cria uma disjunção caótica entre o sujeito e o objeto de representação colonial, gerando um campo aparentemente vazio de representações (mas, de fato, cheio de representações subcodificadas) que, do ponto de vista do colonizado, constitui um espaço de manobra adicional para tentar sua auto-representação para além da representação de sua subalternidade.

A especificidade do colonialismo português assenta basicamente em razões de economia política — a sua condição semiperiférica⁵ —, o que não significa que esta tenha se manifestado apenas no plano econômico. Ao contrário, manifestou-se igualmente nos planos social, político, jurídico, cultural, no plano das práticas cotidianas de convivência e sobrevivência, de opressão e resistência, de proximidade e distância, no plano dos discursos e narrativas, do senso comum e dos outros saberes, das emoções e afetos, dos sentimentos e ideologias. A grande assimetria entre o colonialismo inglês e o português foi o fato de que o primeiro não teve de romper com um passado descoincidente de seu presente: foi desde sempre o colonialismo-norma porque protagonizado pelo país que impunha a normatividade do sistema mundial. No caso português, uma vez criada a possibilidade de um colonialismo retroativo, como discurso de dessincronia e ruptura, este pôde ser manipulado ao sabor das exigências e conjunturas políticas. Tanto se ofereceu a leituras inquietantes — e.g.: o subdesenvolvimento do colonizador produziu o subdesenvolvimento do colonizado, uma dupla condição que só poderia ser superada por uma política colonialista desenvolvida — como reconfortantes — e.g.: o lusotropicalismo, "Portugal, do Minho a

(5) Sobre a inserção de Portugal no ciclo colônial africano, cf. Fortuna, Carlos. *O fio da meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Afrontamento, 1993, pp. 31-41.

Timor", colonialismo cordial —, mas quase todas as leituras tiveram elementos inquietantes e reconfortantes. A negatividade do colonialismo português foi sempre o subtexto de sua positividade e vice-versa.

O pós-colonialismo

O pós-colonialismo deve ser entendido em duas acepções principais. A primeira é a de um período histórico, aquele que se sucede à independência das colônias, e a segunda é a de um conjunto de práticas e discursos que desconstruem a narrativa colonial escrita pelo colonizador e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado. Na primeira acepção o pós-colonialismo traduz-se num conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, as relações com a ex-potência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais etc. Na segunda acepção, insere-se nos estudos culturais, lingüísticos e literários e usa privilegiadamente a exegese textual e as práticas performativas para analisar os sistemas de representação e os processos identitários. Nessa acepção o pós-colonialismo contém uma crítica, implícita ou explícita, aos silêncios das análises pós-coloniais na primeira acepção. Por me centrar neste texto nos sistemas de representação e processos identitários, reporto-me ao pós-colonialismo na segunda acepção, ainda que as análises próprias à primeira sejam recorrentemente trazidas a cotejo.

Minha hipótese de trabalho é que as diferenças do colonialismo português devem repercutir nas diferenças do pós-colonialismo no espaço da língua oficial portuguesa, nomeadamente em relação ao pós-colonialismo anglo-saxão. A primeira diferença é que a experiência da ambivalência e da hibridez entre colonizador e colonizado, longe de ser uma reivindicação pós-colonial, foi a experiência do colonialismo português por longos períodos. O pós-colonialismo anglo-saxão parte de uma relação colonial assente na polarização extrema entre colonizador e colonizado, entre Próspero e Caliban, uma polarização que é tanto uma prática de representação como a representação de uma prática, e é contra ela que a subversão da crítica pós-colonial se dirige e faz sentido. Mas onde ancorar a subversão quando essa polarização está, pelo menos durante largos períodos, fortemente atenuada ou matizada? O pós-colonialismo em língua portuguesa tem de centrar-se bem mais na crítica da ambivalência do que na reivindicação desta, e a crítica consistirá em distinguir as formas de ambivalência e hibridação que efetivamente dão voz ao subalterno (as hibridações emancipatórias) daquelas que usam a voz do subalterno para silenciá-lo (hibridações reacionárias).

A segunda diferença reside na questão racial sob a forma da cor da pele. Para os críticos pós-coloniais anglo-saxões a cor da pele é um limite

incontornável às práticas de imitação e assimilação porque, consoante os casos, ou nega por fora da enunciação o que a enunciação afirma ou então afirma o que ela nega. No caso do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, ou seja, o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si, encarna no mulato e na mulata como corpo e zona corporal. O desejo do outro em que Bhabha funda a ambivalência da representação do colonizador⁶ não é um artefato psicanalítico nem é duplicado pela linguagem: é físico, criador, multiplica-se em criaturas. A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente. Por isso, também a existência da ambivalência ou hibridação é trivial no contexto do pós-colonialismo português. Importante será elucidar as regras sexistas da sexualidade que quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro. Ou seja, o pós-colonialismo português exige uma articulação densa com a questão da discriminação sexual e o feminismo.

A terceira diferença reside numa dimensão de ambivalência e hibridação insuspeitável no caso anglo-saxão. Para o pós-colonialismo de língua portuguesa a ambivalência das representações não decorre apenas de não haver uma distinção clara entre a identidade do colonizador e a do colonizado, mas também de essa distinção estar inscrita na própria identidade do colonizador português, a qual não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele, pois contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem. O Próspero português não é apenas um Próspero calibanizado: é um Caliban quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus. A identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla, constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado. Foi essa aguda duplicidade que permitiu ao português ser emigrante, mais do que colono, nas "suas" próprias colônias.

Pode-se pois concluir que a "disjunção da diferença"⁷ é bem mais complexa no caso do pós-colonialismo português — uma complexidade que paradoxalmente pode redundar em conjunções ou cumplicidades insuspeitas entre o colonizador e o colonizado. O "outro" colonizado pelo colonizador não é totalmente outro em relação ao "outro" colonizado do colonizador. Ao contrário do pós-colonialismo anglo-saxão, não há um outro: há dois que nem se juntam nem se separam, apenas interferem no impacto de cada um deles na identidade do colonizador e do colonizado. O outro-outro (o colonizado) e o outro-próprio (o colonizador ele próprio colonizado) disputam na identidade do colonizador a demarcação das margens de alteridade, mas nesse caso a alteridade está, por assim dizer, dos dois lados da margem.

É por isso também que ali o estereótipo do colonizado jamais teve o fechamento que lhe foi atribuído no Império Britânico, ou, pelo menos, o seu fechamento foi sempre mais inconsequente e transitório. A penetração

(6) Bhabha, Homi K. *The location of culture*. Londres: Routledge, 1994, p. 50.

(7) *Ibidem*.

sexual convertida em penetração territorial e interpenetração racial deu origem a significantes flutuantes que sufragaram, com o mesmo grau de cristalização, estereótipos contrários consoante a origem e a intenção da enunciação. Sufragaram o racismo sem raça, ou um racismo mais "puro" do que a sua base racial. Sufragaram também o sexismo sob o pretexto do anti-racismo. Por essa razão, a cama sexista e inter-racial pôde ser a unidade de base da administração imperial e a democracia racial pôde ser exibida como um troféu anti-racista sustentado pelas mãos brancas, pardas e negras do racismo e do sexismo.

O fato de o colonizador ter a vivência de ser colonizado não significa que se identifique mais ou melhor com o seu colonizado. Tampouco significa que o colonizado por um colonizador-colonizado seja menos colonizado que o colonizado por um colonizador-colonizador. Significa apenas que a ambivalência e a hibridação detectadas pelo pós-colonialismo anglo-saxônico estão, no caso português, muito além das representações, dos olhares, discursos e práticas de enunciação. São corpos e encarnações, vivências e sobrevivências cotidianas ao longo de séculos, sustentadas por formas de reciprocidade entre o colonizador e o colonizado insuspeitáveis no espaço do Império Britânico.

Para explicar essa diferença é necessário introduzir uma outra, sobre os jogos de autoridade. Nos estudos pós-coloniais o colonizador surge sempre como um sujeito soberano, a encarnação metafórica do império. Ora, no colonialismo português tal não se pode pressupor sem mais. Só durante um curto período — a partir do final do século XIX, na África — é que o colonizador encarna o império, e mesmo assim em circunstâncias muito seletivas. Fora disso, apenas se representa a si próprio. É um auto-império, e como tal, tão livre para o máximo excesso como para o máximo defeito da colonização. Mas precisamente porque essa identidade imperial não lhe é outorgada por ninguém além dele, ele é de fato um sujeito tão desprovido de soberania quanto o colonizado. Por isso, a autoridade não existe para além da força ou da negociação possíveis de mobilizar na zona de encontro.

Essa dupla ambivalência das representações afeta não apenas a identidade do colonizador, mas também a do colonizado. É possível que o excesso de alteridade que identifiquei no colonizador português seja igualmente identificável no seu colonizado. Sobretudo no Brasil é possível imaginar que a identidade do colonizado foi construída, em alguns períodos pelo menos, a partir de um duplo outro: o do colonizador direto português e o do colonizador indireto britânico. Essa duplicidade converteu-se mesmo em elemento constitutivo do mito das origens e das possibilidades de desenvolvimento do Brasil (como veremos adiante) e instaurou uma fratura que até hoje é tema de um debate que divide os brasileiros entre os que se sentem vergados pelo excesso de passado e os que se sentem vergados pelo excesso de futuro.

O colonialismo português carrega consigo o estigma de uma indecibilidade que deve ser objeto primordial do pós-colonialismo português. A colonização por parte de um Próspero incompetente, relutante, originari-

amente híbrido, redundou em subcolonização ou em hipercolonização? Uma colonização particularmente capacitante ou incapacitante para o colonizado? Um Próspero caótico e absenteísta não terá aberto espaço para a emergência de Prósperos substitutos no seio dos Calibans? Não será por isso que no contexto do pós-colonialismo português a questão do neocolonialismo é menos importante que a do colonialismo interno? O déficit de colonialismo e de neocolonialismo ajuda a explicar a especificidade das formas políticas que emergiram com a independência das grandes colônias. Em sentidos opostos, essas formas divergiram da norma de descolonização estabelecida pelo colonialismo hegemônico. No caso do Brasil, tratou-se de uma das independências mais conservadoras e oligárquicas da América Latina e a única sob a forma de monarquia, com o que se criaram as condições para que o colonialismo externo sucedesse o colonialismo interno, para que o poder colonial sucedesse a colonialidade do poder. Já no caso de Angola e Moçambique o desvio da norma foi no sentido de os novos países independentes adotarem regimes revolucionários que, no contexto da Guerra Fria, os colocaram do lado oposto àquele em que Portugal os tinha mantido enquanto colônias. As vicissitudes por que passaram esses países nos últimos 25 anos (fim da Guerra Fria, guerra civil) não nos permitem avaliar em que medida o colonialismo interno irá caracterizá-los.

A indecidibilidade do colonialismo português constitui uma mina de investigação para um pós-colonialismo *situado*, que não se deixe armadilhar pelo jogo de semelhanças e diferenças do colonialismo português em relação ao colonialismo hegemônico. Caso contrário, uns apenas verão semelhanças e outros diferenças, e entre uns e outros a indecidibilidade escapar-se-á como um derradeiro objeto incomensurável, invisível para si próprio como o olhar. No atual contexto, um pós-colonialismo situado pressupõe cuidadosas análises históricas e comparadas dos colonialismos e do que se lhes seguiu. É crucial responder à pergunta sobre quem descoloniza o que e como. Só assim o discurso pós-colonial pode fazer jus à disseminação que Bhabha propõe: um discurso que se mova entre diferentes formações culturais e processos sociais sem uma causa lógica central⁸. Sem tal especificação histórica e comparativa o pós-colonialismo será mais uma forma de imperialismo cultural, e uma forma particularmente insidiosa porque credivelmente antiimperialista.

(8) Idem. "DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation". In: idem (org.). *Nation and narration*, Londres/Nova York: Routledge, 1990, p. 293.

Jogos de espelhos I: um Caliban na Europa

As identidades são o produto de jogos de espelhos entre entidades que, por razões contingentes, definem as relações entre si como relações de diferença e que lhes atribuem relevância. As identidades são sempre relacionais mas raramente são recíprocas. A relação de diferenciação é uma relação de desigualdade que se oculta na pretensa incomensurabilidade das diferenças. Quem tem poder para declarar a diferença tem poder para

declará-la superior às outras diferenças em que se espelha. A identidade é originariamente um modo de dominação assente num modo de produção de poder que designo por "diferenciação desigual"⁹. As identidades subalternas são sempre derivadas e correspondem a situações em que o poder de declarar a diferença se combina com o poder para resistir ao poder que a declara inferior. Na identidade subalterna a declaração da diferença é sempre uma tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou eliminar sua inferioridade. Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade.

A identidade dominante reproduz-se assim por dois processos distintos: pela negação total do outro e pela disputa com a identidade subalterna do outro. Quase sempre o primeiro conduz ao segundo. A identidade dominante e mesmo matricial da modernidade ocidental — Próspero/Caliban, civilizado/selvagem — reproduziu-se inicialmente pelo primeiro processo e depois pelo segundo. Em diferentes jogos de espelhos, os dois processos continuam a vigorar. Do ponto de vista do diferente superior, porém, a identidade dominante só se transforma em fato político na medida em que entra em disputa com identidades subalternas. É esse o fato político que hoje designamos por "multiculturalismo". Em qualquer dos seus modos de reprodução a identidade dominante é ambivalente, pois mesmo a negação total do outro só é possível mediante a produção ativa da inexistência do outro. Essa produção implica sempre o desejo do outro na forma de uma ausência abissal, de uma carência insaciável. Tal ambivalência está bem patente na representação da América no início da expansão europeia. A maioria dos relatos da descoberta do novo continente e das narrativas de viagens reflete uma peculiar fusão de imagens idílicas, utópicas e paradisíacas com as de práticas cruéis e canibalísticas dos nativos. De um lado, a natureza luxuriante e benevolente; do outro, a antropofagia repulsiva.

Sobre os jogos de identidade no espaço-tempo português, adianto as seguintes hipóteses. Em primeiro lugar, trata-se de jogos particularmente complexos pelo fato de os portugueses terem estado ao longo da história dos dois lados do espelho: como Próspero visto ao espelho de Caliban e vice-versa. A segunda hipótese, decorrente da anterior, é que a ambivalência é potenciada nesse espaço-tempo pelo fato de o sujeito de desejo ter sido também objeto de desejo. A terceira hipótese é que a identidade dominante nesse espaço-tempo nunca produziu de modo conseqüente a negação total do outro e talvez por isso tampouco soube confrontar-se politicamente com as identidades subalternas. Nesta seção e nas seguintes aduzirei alguma prova dessas hipóteses.

As características com que os portugueses foram construindo, a partir do século XV, a imagem dos povos nativos de suas colônias são muito semelhantes às que eram atribuídas a eles próprios, a partir da mesma altura, por viajantes, comerciantes e religiosos vindos da Europa do Norte¹⁰: do subdesenvolvimento à precariedade das condições de vida, da indolência à sensualidade, da violência à afabilidade, da falta de higiene à ignorância, da superstição à irracionalidade. O contraste entre Europa do Norte e Portugal

(9) Sousa Santos, Boaventura de. *Toward a new common sense: law, science and Politics in the paradigmatic transition*. Nova York: Routledge, 1995, pp. 424-428; *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 284-290.

(10) Por Europa do Norte entende-se aqui os países Da Europa considerada "civilizada" — Inglaterra, França e Alemanha — que irão mais tarde ter um papel decisivo na colonização.

está bem patente no relato do frade Claude de Bronseval, secretário do abade de Clairvaux, sobre a viagem que fizeram a Portugal e Espanha entre 1531 e 1533. Queixam-se recorrentemente das péssimas estradas, do caráter rústico das pessoas, do alojamento e tratamento paupérrimos, bem "à maneira do país", do hábito dos nobres ou homens honrados de reservarem para albergar os estrangeiros as casas mais miseráveis a fim de não serem vistos como estalajadeiros. Quanto à educação dos frades, dizem, "são poucos os que nestes reinos hispânicos gostam de latim. Eles não gostam senão da sua língua vulgar". A descrição de Lisboa não poderia ser mais significativa da atitude geral dos viajantes:

Esta cidade densamente povoada é um antro de judeus, alimento de uma multidão de indianos, uma masmorra de filhos de Agar, um reservatório de mercadorias, uma fornalha de agiotas, um estábulo de luxúria, um caos de avareza, uma montanha de orgulho, um refúgio para fugitivos, um porto para franceses cadastrados¹¹.

(11) Bronseval, Claude. *Peregrinatio hispânica 1531-1533*. Paris: Presses Universitaires de France/Fondation Calouste Gulbenkian, 1970, passim.

Ao analisar três relatos de estrangeiros escritos no decênio de 1720, Castelo Branco Chaves afirma que

o conspecto geral do país que se apreende é o de uma terra fértil, rica mas desaproveitada, vivendo quase exclusivamente do ouro do Brasil. Parte do que comia, do que vestia, as madeiras para as construções urbanas e navais, a maioria do necessário à vida, tudo vinha de fora, da Inglaterra e da Holanda, particularmente comprado com o ouro brasileiro. O português é mandrião, nada industrial, não aproveitava as riquezas da sua terra, nem sabe fazer vender as das suas colônias¹².

(12) Chaves, Castelo Branco. *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983, p. 20.

Com exceção da referência final às colônias, essa caracterização corresponde ponto por ponto ao que então e desde há dois séculos se dizia dos povos nativos da América e da África: os portugueses são vingativos até a crueldade, dissimulados, motejadores, frívolos e tolos. Essa assimilação está muitas vezes implícita quando a cor da pele dos portugueses é invocada para confirmar a veracidade do estereótipo. Segundo um dos relatos, os portugueses são "na sua maior parte muito morenos, o que resulta do clima e ainda mais do cruzamento com negros"¹³. Ao mesmo tempo que os portugueses proclamavam a miscigenação como um triunfo humanista ou um engenhoso expediente colonialista, a mesma miscigenação lhes era inscrita na pele como um ônus pelo olhar do Próspero europeu.

(13) Apud ibidem, p. 24.

A partir da segunda metade do século XVIII, como afirma Chaves, e por invenção sobretudo dos ingleses, aprofunda-se a "lenda negra" dos

portugueses como povo decaído, degenerado, imbecilizado. Em dezembro de 1780 o capitão inglês Richard Crocker escreve de Lisboa:

Os homens portugueses são, sem dúvida, a raça mais feia da Europa. Bem podem eles considerar a denominação de "homem branco" uma distinção. Os portugueses descendem de uma mistura de judeus, mouros, negros e franceses, e pela sua aparência e qualidade parecem ter reservado para si as piores partes de cada um desses povos. Tal como os judeus, são mesquinhos, enganadores e avaros. Tal como os mouros, são ciumentos, cruéis e vingativos. Tal como os povos de cor, são servis, pouco dóceis e falsos, e parecem-se com os franceses na vaidade, artifício e gabarolice¹⁴.

No início do século XIX os portugueses são em geral descritos como camponeses algo primitivos. Em setembro de 1808 o oficial da marinha inglesa Charles Adam escreve de Lisboa a um amigo: "Vou fazer o possível para arranjar [...] livros espanhóis, dizem-me que não há livros portugueses que valha a pena ter"¹⁵. Durante sua estada em Portugal entre 1808 e 1814, August Schaumann, comissário alemão do exército inglês, lamenta nos seguintes termos depreciativos a situação de um povo que se vê invadido, não por um, mas por dois países, um que o ataca (a França) e outro que o defende (a Inglaterra): "De todo o meu coração tenho pena desses pobres diabos"¹⁶. Pela mesma época Lord Byron visita Portugal (1809) e escreve seu famoso poema *Peregrinação de Childe Harold*. "Palácio e cabana são igualmente imundos; seus morenos habitantes educados sem asseio; e ninguém, fidalgo ou plebeu, cuida da limpeza do casaco ou da camisa, [...] os cabelos por pentear, mal asseados". E para não restar dúvidas, eis a comparação com os espanhóis: "O camponês espanhol é tão soberbo como o duque mais nobre e conhece bem a distância que vai dele ao escravo português, o último dos escravos"¹⁷.

No final do século XVII, o reverendo anglicano John Colbatch, que ocupou o posto de capelão da British Factory em Lisboa, mesmo deixando uma opinião em geral mais favorável dos portugueses, sublinhou o "ódio mortal" que alimentavam pelos estrangeiros e sua pouca gratidão para com os ingleses, que tantas vezes haviam sido seus "salvadores"¹⁸. Robert Southey visitou Portugal pela primeira vez em 1796, e apesar de também pretender mostrar admiração pelos portugueses não deixou de tachá-los como povo retrógrado, supersticioso, sujo, preguiçoso, ignorante, desonesto, tolhido pela tirania do Estado e da Igreja, ambos corruptos e ignaros, e servido por instituições insólitas e chocantes, como a Justiça, "geralmente inoperante ou precipitada, que deixava impunes os muitos assaltantes e assassinos", ou a medicina, "exercida por médicos que nada sabiam do ofício e desacreditados pelos doentes, que preferiam considerar as melhoras que sentiam como obra de Deus". E concluía, compondo a simetria com os estereótipos

(14) Apud Pires, Maria Laura B. *Portugal visto pelos ingleses*. Lisboa: Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade Nova de Lisboa, 1981, p. 112.

(15) Apud ibidem, p. 85.

(16) Apud Byrne, Maria Teresa R. "As tropas aliadas anglo-portuguesas vistas por um alemão". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n° 7, 1998, p. 108.

(17) Byron, Lord. *Peregrinação de Childe Harold*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1881, pp. 30-31, 37.

(18) Apud Macaulay, Rose. *They went to Portugal*. Oxford: Alden, 1946, pp. 224-225.

européus sobre os povos da África ou da América, que a "sensualidade é sem dúvida o vício dos portugueses. As imagens debochadas de Camões, a sua ilha dos amores e Vênus protetora do Gama demonstram que eles se vangloriam de deboches desse tipo"¹⁹.

A simetria entre os estereótipos dos portugueses por parte dos europeus do Norte e os estereótipos dos povos da América e da África por parte dos europeus do Norte e do Sul torna-se particularmente consistente na ambivalência com que a estigmatização do outro é penetrada pelo desejo radical do outro. Vimos atrás que as primeiras imagens da América combinam a exaltação da natureza idílica e da vida simples com a condenação veemente da prática cruel e repulsiva do canibalismo. Esse contraste tem um paralelo intrigante nos relatos sobre Portugal feitos por viajantes europeus a partir do século XVIII, em que a beleza das paisagens, a terra rica, o clima ameno são recorrentemente contrapostos à rudeza e brutalidade dos portugueses, como nesta formulação de Lord Byron: "Por que desbarataste, ó natureza, as tuas maravilhas com semelhante gente? Eis que em vários labirinto de montes e vales surge o glorioso éden de Sintra"²⁰. Aquele mesmo Robert Southey que avalia severamente os portugueses é o que exalta as belezas naturais do país e exclama: "Daria um dos meus olhos à cega Fortuna se ela me deixasse olhar o Tejo com o outro"²¹. Carlos de Merueilleux, médico naturalista francês a quem D.João V convidou para escrever "a história natural destes reinos", diz que "as terras produzem quase sem trabalho e indenizam abundantemente os cuidados com o seu cultivo", e arremata: "Que riquezas não extrairia Sua Majestade dos seus estados se eles fossem povoados por [...] gentes laboriosas"²².

A dialética de estranheza/desejo e repulsão/atração presente na descrição dos animais do continente americano e da relação dos índios com eles é também identificável nos relatos dos viajantes estrangeiros em Portugal. Uma viajante inglesa na década de 1890 escreve que

*os porcos desta região são terrivelmente feios. São uns animais enormes, com orelhas compridas, lombos imensos, [...] costadosocos [...]. Apesar disso, os aldeões consideram essas criaturas como animais domésticos que respondem aos nomes que lhes põem e vêm quando os chamam, como os cães, e gostam muito que lhes falem e acariciem*²³.

A dialética da representação do colonizado faz deste, como vimos, um ser simultaneamente atrativo e repulsivo, dócil e ameaçador, leal e traçoeiro, utópico e diabólico. Daí que os estereótipos não sejam unívocos nem consistentes: consoante as necessidades de representação do colonizador, predominam estereótipos ora negativos, ora positivos, ainda que uns e outros se pertençam mutuamente. Essa dialética tem igualmente paralelo nas representações dos estrangeiros a respeito dos portugueses: ao lado das

(19) Apud Castanheira, Zulmira. "Robert Southey, o primeiro lusófilo inglês". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 5, 1996, p. 83, 92.

(20) Byron, op. cit., p. 31.

(21) Apud Castanheira, op. cit., p. 75.

(22) Apud Chaves, op. cit., p. 20.

(23) Apud Pires, op. cit., p. 40.

representações "negativas", que ilustrei acima, há igualmente as "positivas". Aliás, tal como aconteceu com as narrativas coloniais a respeito do colonizado, a disputa sobre "o perfil do português" foi por vezes acesa entre os observadores estrangeiros. Os estereótipos negativos passam a dominar na segunda metade do século XVIII, à medida que se aprofunda o domínio britânico sobre Portugal, mas ao longo de toda a época moderna são freqüentes as narrativas que procuram pôr em causa narrativas anteriores e propor alternativas. Alguns prosélitos da representação procuraram mesmo reconstruir a história das representações dos portugueses de modo a fazer salientar sua face positiva, como é o caso de Rose Macaulay²⁴. Entre os estereótipos positivos, o dos brandos costumes é talvez o mais consistente, apesar de muito recente, e está na base de outro ainda mais recente: o do lusotropicalismo.

O que pretendo mostrar é que tanto a carga positiva como a negativa dos estereótipos têm paralelos por vezes surpreendentes com os estereótipos coloniais. Num trabalho importante sobre o sistema de representações sociais identitárias dos portugueses, Pereira Bastos reconstrói assim o perfil do português saído dos estudos do sociólogo francês Paul Descamps, que fez investigação em Portugal nos anos 1930 a convite de Salazar: predomínio do amor sobre os interesses materiais; saudosismo e propensão à melancolia; exagerada moleza do caráter; desvirilização e hipersensibilidade; temperamento nervoso, emotividade e compaixão; espírito poético; amabilidade e docilidade; "alma feminina"; propensão para a simulação; desejos ilimitados e apelo ao irreal; espírito aventureiro; falta de perseverança, de capacidade empresarial e de chefia; ausência da noção de importância do tempo e da pontualidade; incompreensão das conseqüências sociais das ações²⁵. É importante nesse rol a complexa ambivalência de atração e repulsão. Mas mais importante ainda é que, em pleno século XX, muitas das características atribuídas aos portugueses têm semelhanças surpreendentes com aquelas conferidas ao negro africano e ao índio americano pelas narrativas colonialistas, inclusive as portuguesas.

Jogos de espelhos II: um Próspero calibanizado

Os portugueses nunca puderam instalar-se comodamente no espaço-tempo originário do Próspero europeu. Ali viveram como que internamente deslocados, em regiões simbólicas que não lhes pertenciam e onde não se sentiam à vontade. Foram objeto de humilhação e de celebração, de estigmatização e de complacência, mas sempre com a distância de quem não é plenamente contemporâneo do espaço-tempo que ocupa. Forçados a jogar o jogo dos binarismos modernos, tiveram dificuldades em saber de que lado estavam. Nem Próspero nem Caliban, restaram-lhes a liminaridade e a fronteira, a interidentidade como identidade originária. Em aparente contradição com tudo isso, porém, Portugal foi a primeira potência européia

(24) Macaulay, op. cit.: *They went to Portugal too*. Manchester: Carcanet, 1990.

(25) Pereira Bastos, José Gabriel da F. "Portugal minha princesa". *Contribuição para uma antropologia pós-racionalista dos processos identitários e para o estudo do sistema de representações sociais identitárias dos portugueses*. Lisboa: tese de doutoramento em Antropologia Social e Cultural, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995, vol. I, pp. 144-147 (cf. Descamps, Paul. *Le Portugal: la vie sociale actuelle*. Paris: Firmin-Didot et Cie., 1935).

a lançar-se na expansão ultramarina e a que manteve por mais tempo o seu império. Se o colonialismo jogou um papel central no sistema de representações da modernidade ocidental, Portugal teve participação pioneira na construção desse sistema e, portanto, no jogo de espelhos fundador entre Próspero e Caliban. O enigma é, pois: como é que o Caliban europeu pôde ser Próspero além-mar? Ou será que, porque jamais assumiu nenhuma dessas identidades plena e exclusivamente, pôde assumir as duas simultaneamente?

A hegemonia de Portugal no sistema mundial moderno foi de curta duração, de modo que no final do século XVI os significantes de Próspero e Caliban já circulavam fora do controle dos portugueses. As inscrições desses significantes nos sistemas de representação dos portugueses foram de tal modo complexas e fizeram-se durante um período tão longo que acabaram por dar origem a estereótipos e mitos contraditórios, sobrecarregados de meias-verdades. Até hoje a construção histórica das descobertas e do colonialismo portugueses está assombrada por mitos que se pertencem e se anulam mutuamente. Na construção de Charles Boxer os portugueses surgem como um Próspero incompetente, com todos os defeitos de Próspero e poucas das suas virtudes, enquanto na de Gilberto Freyre trata-se de um Próspero benevolente, cosmopolita, capaz de se aliar a Caliban para criar uma realidade nova²⁶ — duas construções credíveis à luz do desconcerto e do caos das práticas a que quiseram pôr ordem.

Essa indecidibilidade é o sinal da vigência reiterada de um regime de interidentidades. Os portugueses, sempre em trânsito entre Próspero e Caliban, tanto foram racistas, muitas vezes violentos e corruptos, mais dados à pilhagem do que ao desenvolvimento, como foram miscigenadores natos, literalmente pais da democracia racial, do que ela revela e do que esconde, melhores que qualquer outro povo europeu na adaptação aos trópicos. Na África, na Ásia e no Brasil esse regime de interidentidades teve infinitas manifestações, entre as quais avultaram a "cafrealização" e a miscigenação, fenômenos ligados entre si mas referidos a processos sociais distintos.

"Cafrealização" é uma designação utilizada a partir do século XIX para caracterizar de maneira estigmatizante os portugueses que, sobretudo na África Oriental, se desvinculavam de sua cultura e seu estatuto civilizado para adotar os modos de viver dos "cafres", os negros agora transformados em primitivos e selvagens. Trata-se pois de portugueses apanhados nas malhas de Caliban e de fato calibanizados, vivendo com mulheres e filhos calibans, segundo os costumes e línguas locais. Até então a designação "cafre" (do árabe "*kafir*", "infidel") servia apenas para distinguir os negros não-muçulmanos daqueles que falavam árabe e estavam envolvidos no comércio que os povos de cultura árabe-muçulmana e suaíli mantinham há séculos naquelas paragens²⁷. Assume conotação depreciativa num momento preciso da história do colonialismo português — que adiante designarei por "momento de Próspero" —, e sua relevância para a argumentação desenvolvida nesta seção é que com ela o discurso colonial pretende

(26) Boxer, Charles R. *Race relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963; Freyre, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

(27) "Em Melinde [antigo porto da costa oriental da África] são os mouros mais amigos dos portugueses e não diferem nada nas condições e feição do rosto dos nossos, e muitos falam muito bem português, por ser aqui o principal trato nosso com eles [...]. Os mouros daqui confinam [...] com uma terra de cafres estranha dos outros de toda a costa. [As ilhas do norte de Moçambique] são povoadas de mouros e cafres misturados" (Padre Monclaro. "Relação da viagem q fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa no anno de 1569". In: Theal, George M. (org.). *Records of South-Eastern Africa*. Cidade do Cabo: Struik, 1899, vol. 3, pp. 167, 170).

ressignificar uma prática que se difundiu entre os séculos XVI e XIX, sobretudo na costa oriental da África.

Essa prática consistiu na interação prolongada dos portugueses com as culturas e os poderes locais, na qual os interesses do comércio não podiam ser respaldados por qualquer poder imperial digno do nome e, por isso, tendia a ser caracterizada pela reciprocidade e horizontalidade, quando não pela subordinação e prestação de vassalagem aos reis e autoridades locais. A reiteração dessas interações foi tal que elas extravasaram da atividade comercial para esferas de relacionamento mais profundo que envolviam freqüentemente a constituição de família e a assimilação das línguas e costumes locais. Essa interação fácil e as práticas culturais híbridas a que deu azo estão documentadas desde o século XVII. Os relatos, muitas vezes de religiosos, criticam tais práticas, ainda que por vezes mostrem compreensão para com as dificuldades enfrentadas naquelas paragens por quem não tinha o poder colonial a defendê-lo. Escreve frei João dos Santos em 1609:

Um português chamado Rodrigo Lobo era senhor desta ilha [na atual região de Sofala, em Moçambique], da qual lhe fez mercê o [rei] por ser muito seu amigo, e juntamente lhe deu o título de sua mulher, nome que o rei chamava ao capitão de Moçambique, ao de Sofala e aos mais portugueses que muito estima, significando com tal nome que os ama e que quer que todos lhe façam cortesia, como a sua mulher, e realmente [...] os cafres veneram muito os portugueses que têm títulos de mulheres do rei²⁸.

(28) Santos, João dos (frei). *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, p. 139.

Em 1766 escreve António Pinto Miranda que os europeus de Moçambique

casam com algumas senhoras naturais e outras que de Goa descendem [e] se esquecem muito da criação cristã [...], razão por que nem aos próprios filhos a costumam dar, pelo que ficam estes com os péssimos procedimentos que dos patrícios relatei. [...] Além das próprias mulheres não deixam de procurar outras. [...] Desta sorte, ociosos passam os dias da vida²⁹.

(29) Miranda, António P. "Memória sobre a costa de África e da Monarquia Africana". In: Dias, Luís Fernando de C. (org.). *Fontes para a história, geografia e comércio de Moçambique (século XVIII)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 64.

Em 1844 João Julião da Silva escreveu em sua *Memória sobre Sofala*:

A civilização nesta vila em nada tem avançado do seu primitivo estado desde aqueles tempos em que tinha a denominação de presídio [e] seus habitantes eram [...] criminosos e imorais que eram remetidos para cumprir suas sentenças por toda a vida [...]; esses tais indivíduos

logo procuravam familiarizar-se em tudo e por tudo com os costumes e modo de proceder dos cafres que os rodeavam, e para achar apoio nestes [...] se casavam cafrealmente com as pretas dos sertões e geravam mulatos [que], criados na mesma liberdade e costumes cafreais, seguiam o mesmo modo de proceder de seus pais, e até o presente são raros os que sabem ler e escrever [...]; as superstições, os prejuízos e costumes bárbaros estão [tão] arraigados neles que é impossível desalojá-los; ignoram até os primeiros rudimentos da nossa Santa Religião, o idioma português e os costumes europeus³⁰.

(30) Apud Feliciano, José F. e Nicolau, Vitor Hugo (orgs.). *Memórias de Sofala por João Julião da Silva, Herculano da Silva e Guilherme Ezequiel da Silva*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 36.

Do mesmo teor é o lamento de Ignacio Caetano Xavier em meados do século XVIII, ao dizer que os moradores sujeitos à Coroa "mais parecem feras do que homens, por serem opostos à vida civil e à sujeição à política, omitindo falar na religião"³¹.

(31) Xavier, Ignacio C. "Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Inhambane e de todo o continente da África Oriental". In: Dias (org.), op. cit., p. 174.

A desqualificação dos indígenas como primitivos e selvagens é uma constante desses relatos, e com ela a desqualificação dos portugueses que se misturavam com eles e adotavam seus modos de vida. Ao longo de um vasto período o estereótipo português que predomina não é o de Próspero, mas o de um proto-Caliban, um cafrealizado. À medida que se forem conhecendo as narrativas desses portugueses cafrealizados será possível obter uma idéia mais complexa dos processos de hibridação e certamente diferente da que nos é dada pelas narrativas dos que os visitavam em aparições meteóricas do poder imperial, da Igreja e da Coroa, de resto sempre ausentes. Para a desqualificação e estigmatização do Próspero cafrealizado contribuiu também a condição dos portugueses que povoaram os territórios. Segundo Marc Ferro, foi primeiro em Portugal que se adotou a prática de "livrar-se dos criminosos, dos delinquentes, mandando-os cumprir pena para longe — exemplo que a Inglaterra imitou em escala gigantesca com os *convicts* que a partir de 1797 foram povoar a Austrália"³². Desde 1415, de fato, cada navio que partia a explorar a costa de África levava seu contingente de degredados. Muitos dos portugueses de que falam depreciativamente os relatos, como o do citado Xavier, eram degredados:

(32) Ferro, Marc. *História das colonizações*. Lisboa: Estampa, 1996, p. 179.

Chega ainda mais avante a insolência destes moradores porque depois de atropelarem os respeitos humanos também se têm atrevido muitas vezes a perder o decoro das Casas de Deus com sacrílegos insultos, de morte, feridas, bulhas etc, [...] como sucedeu há poucos anos na igreja dos dominicanos em Senna, que hoje está reduzida a cinzas³³.

(33) Xavier, op. cit., pp. 175-176. No mesmo sentido, relata Marc Ferro (ibidem, p. 179) que o governador de Angola tinha tal desconfiança dos degredados que "não [hes] queria confiar armas em caso de guerra com os indígenas — a ponto de preferir servir-se de tropas africanas tanto para dar combate às tribos insubmissas como para [...] manter a boa distância os delinquentes. De qualquer modo, estes desertavam assim que se apanhavam com armas".

O subtexto desses relatos é que a origem social dos portugueses na África reclamava uma presença mais forte da autoridade colonial. Ora, como

vimos, esta era tão fraca e inconsistente que melhor poderia caracterizar-se como um poder aparente, caráter esse fundamental, a meu ver, para entendermos os caminhos das interidentidades na África durante esse período. Dada a debilidade político-administrativa do Estado colonial, e como o colonialismo português na África estivesse por vários séculos mais interessado em controlar o comércio marítimo do que em ocupar territórios, os portugueses que comerciavam nessas paragens foram colonizadores sem Estado colonial, de modo que se viram forçados a praticar uma forma de autogestão colonial. Essa autogestão lhes permitia uma identificação discricionária com o poder do Império, mas não lhes facultava desse Império senão o poder que pudessem mobilizar com meios próprios. Como esses meios eram exíguos, o português teve de negociar tudo, não só seu comércio como também a própria sobrevivência. Foi assim um "colonizador" que se viu amiúde na contingência de, como qualquer nativo, prestar vassalagem ao rei local.

A mesma ausência do Estado colonial fez que as tarefas de soberania, como a defesa das fronteiras, fossem freqüentemente "subcontratadas" às populações locais. É o que narra Joaquim Portugal em meados do século XVIII acerca das ilhas de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, cujos únicos habitantes, "mouros nacionais que vivem na maior obediência, são toda a força que defende as nossas fronteiras dos insultos dos cafres macuas, sendo a Moçambique impossível [...] mandar socorros [por] falta de tropas"³⁴. Também a legalidade colonial, não dispendo de um Estado colonial forte que a impusesse, ficou menos nas mãos de quem a emitia do que nas de quem lhe devia obediência. A autogestão colonial levou à constituição de uma legalidade paralela, que combinava a aplicação altamente seletiva, apenas quando conveniente, das leis oficiais com legalidades locais ou adaptadas às condições locais. Terá sido esse o primeiro exemplo moderno de pluralismo jurídico³⁵. Do ponto de vista dos portugueses nas colônias, a condição jurídica de suas atividades não era nem legal nem ilegal: era alegal. Do ponto de vista da Coroa, tratava-se de um sistema de desobediência que não podia ser assumido como tal por ninguém, semelhante ao que vigorou na América espanhola e que ficou conhecido por "obedeço-mas-não-cumpro". Era um sistema jurídico de torna-viagem: as leis, expedidas de Lisboa, nem sempre chegavam, e quando chegavam a sua chegada era ignorada, ou quando era reconhecida, bastante mais tarde, as condições tinham-se alterado de tal maneira que se justificava o seu não-cumprimento; por fim as leis e a justificação eram enviadas a Lisboa com o voto de obediência em apêndice final: "Ficamos a aguardar instruções".

Naturalmente, essas características da economia política tiveram impacto no regime de interidentidades, no modo como os portugueses se cafrealizaram, se hibridizaram com as culturas e práticas com que tinham de conviver. Mas se esse impacto é evidente, o seu sentido preciso é um dos fatores de indecidibilidade do sistema de representações identitárias no espaço-tempo do colonialismo português. A cafrealização e, em geral, a

(34) Costa Portugal, Joaquim José da. "Notícias das ilhas de Cabo Delgado". In: Dias (org.), op. cit., p. 276.

(35) Sobre o pluralismo jurídico, cf. Sousa Santos, *Toward a new common sense*, loc. cit., pp. 112-122.

"adaptação aos trópicos" foram um produto da facilidade ou da necessidade? Foi a facilidade que as tornou necessárias ou, ao contrário, a necessidade as tornou fáceis?

A leitura da facilidade tende a desestigmatizar a cafrealização e a torná-la uma condição capacitante. A análise de Jorge Dias é uma versão paradigmática dessa leitura:

*A composição heterogênea do povo português e a estrutura tradicional comunitária e patriarcal permitiram-lhe uma perfeita assimilação do espírito cristão de fraternidade, [...] mesmo quando posto à prova em situações de grandes contrastes raciais e culturais. Os portugueses não chegavam com atitudes de conquistadores, antes procuravam estabelecer relações de amizade com as populações de vários continentes, e só quando as situações o exigiam eram levados a servir-se das armas e a lutar. [...] A nossa ação assimiladora não se exerceu de maneira violenta, antes pelo contrário, procuramos adaptar-nos aos ambientes naturais e sociais, respeitando os estilos de vida tradicionais. Por outro lado, íamos, pelo exemplo e convívio, despertando nas populações indígenas o respeito por certos princípios da nossa civilização ocidental*³⁶.

(36) Dias, Jorge. *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961, pp. 155-156.

(37) Em Moçambique a política de assimilação é introduzida como parte do sistema político colonial, e a partir de então a divisão entre nativos e não-nativos é reforçada. Como cidadãos de *status* inferior, os assimilados (negros, asiáticos, mistos) tinham cartões de identidade que os diferenciavam da massa dos trabalhadores não-assimilados, detentores de uma caderneta indígena. Os nativos, a maioria da população, não possuíam cidadania, não tinham direito algum, sendo mal pagos, explorados, sujeitos a um ensino rudimentar, ao trabalho forçado, a regimes penais de deportação etc.

(38) O capitão Costigan, por exemplo, irlandês que esteve em Portugal em 1778-79 e para quem, como nota Rose Macaulay (*They went to Portugal too*, loc. cit., p. 193), a perversidade dos portugueses era uma obsessão, declarava-se espantado com a agradável familiaridade dos portugueses para com os seus criados, algo imaginável na Inglaterra.

Nessa leitura, a cafrealização é o não-dito que sustenta o seu contrário, a assimilação³⁷. Ela constitui um duplo não-dito: é um não-dito da assimilação porque é uma assimilação invertida, de Próspero por Caliban, mas é também o não-dito da imposição cultural que caracteriza a colonização, seja ela assimilacionista ou não, porque é uma identidade negociada. Curiosamente, em mais um jogo de espelhos, essa leitura é consonante com algumas das leituras dos viajantes estrangeiros em Portugal a partir do século XVIII, nas quais a porosidade das práticas identitárias dos portugueses não passou despercebida³⁸. Já a leitura da necessidade tende a ver na cafrealização a debilidade e a incompetência de um Próspero que não pôde ou não soube escapar a ela. Seria expressão de uma degenerescência que arrastou no seu atraso o atraso dos colonizados. É essa, em boa medida, a leitura de Charles Boxer, bem como a que subjaz às políticas coloniais do final do século XIX em diante, embora nesse caso a leitura vise exclusivamente justificar a ruptura com as políticas coloniais anteriores, a que farei referência na próxima seção.

A miscigenação é a outra manifestação da porosidade dos regimes identitários dos portugueses. Trata-se de um fenômeno diferente da cafrealização e pode ocorrer sem esta, mas a verdade é que nos momentos de intensificação dos discursos colonialistas e racistas — os momentos de Próspero, que mencionarei adiante — a estigmatização da cafrealização arrastou consigo a da miscigenação (a miscigenação como cafrealização do corpo). Hoje tende a ser consensual que a miscigenação foi a "exceção

portuguesa" no colonialismo europeu³⁹, embora também o seja que o colonialismo português não foi o único a praticá-la.

A porosidade das fronteiras entre Próspero e Caliban atingiu sua máxima expressão identitária na figura do mulato e da mulata. A ambivalência das representações a seu respeito é bem elucidativa da natureza de um pacto colonial tão aberto quanto desprovido de garantias. Ora vistos como seres geneticamente degradados, expressão viva de uma traição à Caliban, ora como seres superiores, combinando o que de melhor havia em Próspero e em Caliban, os mulatos foram, ao longo dos séculos, uma mercadoria simbólica cuja cotação variou com as vicissitudes dos pactos e das lutas coloniais. Em momentos em que Próspero quis se afirmar como tal ou em que Caliban tomou consciência de sua opressão e se dispôs a combatê-la a cotação social dos mulatos baixou; e, ao inverso, subiu nos momentos, imensamente mais duradouros, em que nem Próspero nem Caliban sentiram necessidade ou tiveram a possibilidade de se afirmar como tais. Expressão da democracia racial, os mulatos contribuíram — sem querer e contra os seus interesses — para legitimar a desigualdade social racista. Pode-se pois concluir que o debate sobre o valor sociológico político e cultural da miscigenação é indecidível nos seus próprios termos, já que constitui um dos *debates-ersatz* do ajuste de contas histórico entre Próspero e Caliban, entre o colonialismo europeu e os colonizados por ele, e que por muito tempo ainda vai ficar em aberto.

Nesse contexto, vale registrar mais uma das astúcias do regime identitário dos portugueses. Trata-se da possibilidade de o português miscigenador ser ele próprio miscigenado, originalmente mulato, e não poder por isso gerar senão mulatos e mulatas, mesmo quando uns e outras são brancos e brancas. Aqueles que quiseram fazer dos portugueses um Próspero de pleno direito atribuíram-lhes ancestralidade lusitana, romana e germânica, enquanto os que os viram como um Próspero relutante, inconseqüente e calibanizado atribuíram-lhes ancestralidade judaica, moura e negra.

A miscigenação originária, na forma de significantes racistas inscritos na cor da pele, na compleição física e mesmo nos costumes, perseguiu os portugueses aonde quer que fossem. Nas colônias ou ex-colônias de outras potências européias, em especial no mundo anglo-saxão, foram frequentemente motivo de perplexidade, constituindo objeto de classificações extravagantes que não foram senão manifestações da interidentidade. Nas Caraíbas, nos Estados Unidos e no Havaí os portugueses foram sempre considerados um grupo étnico diferente dos brancos e dos europeus, com um *status* intermédio entre estes e os negros ou nativos⁴⁰. Nas Caraíbas e no Havaí eram designados por "*portygees*" ou "*potogees*", trabalhadores com contratos a prazo que vieram substituir os escravos após o fim da escravatura e que, por isso, não eram brancos, mas apenas mais um tipo de "*coolie men*", assim como os asiáticos. Para o historiador afro-caribenho Eric Williams não há nada de estranho em descrever os grupos étnicos que apoiaram o Movimento Nacional Popular de Trinidad e Tobago como "africanos, indianos, chineses, portugueses, europeus, sírios", do mesmo modo que para

(39) Ferro, op. cit., p. 177.

(40) Esse *status* social é étnico e identificável noutros continentes. Na África do Sul, por exemplo, os africanos designavam pejorativamente os portugueses como "*wit-kaffirs*" (negros brancos) (cf. Harney, Robert T. "Portygees and other Caucasians": Portuguese migrants and the racialism of the English-speaking world". In: Higgs, David (org). *Portuguese migration in global perspective*. Toronto: The Multicultural History Society of Ontario, 1990, p. 116).

V. S. Naipaul a luta pós-independência na Guiana envolveu seis raças: "indianos, africanos, portugueses, brancos, mestiços e ameríndios"⁴¹.

Na sua passagem por Trinidad, Miguel Vale de Almeida recolheu o seguinte testemunho de descendentes de portugueses (os *potogees*): "as elites não os consideravam brancos, quando muito *Trinidad-white*, e os não-brancos não os tratavam como superiores"⁴². Esse *status* intermédio ajuda a explicar o papel desempenhado por Albert Gomes como líder político dos afro e indo-caribenhos de Trinidad nos anos 1960, quando os partidos políticos ainda correspondiam a divisões étnicas⁴³: seus antepassados eram "portugueses africanizados" do porto negreiro de Vera Cruz, onde faziam a intermediação (também lingüística) entre os escravos recém-chegados e os que os compravam⁴⁴. Maria Ioannis Baganha relata que no Havaí os portugueses eram vistos como um grupo étnico intermédio: superiores aos orientais mas inferiores aos brancos caucasianos ("*haolé*")⁴⁵. Efetivamente, entre 1910 e 1914 o censo do Havaí distinguia "*portygees*" e "outros caucasianos". Esse *status* intermédio, sendo estruturalmente ambíguo, era bem preciso quando acionado nas práticas locais, como indica Robert Harney: no local de trabalho os portugueses eram capatazes mas nunca diretores, posição reservada aos escoceses; do mesmo modo, o salário dos carpinteiros portugueses era superior ao dos carpinteiros japoneses, mas um ferreiro português ganhava metade do que auferia um ferreiro escocês⁴⁶. Para muito além das relações de trabalho, Harney refere um caso em que o *status* intermédio dos portugueses foi decisivo para se atingir um compromisso no importante julgamento de um crime de violação. Como os acusados eram asiáticos e nativos havaianos, se os jurados fossem brancos (*haoles*) os réus certamente seriam condenados, e se fossem asiáticos ou nativos, os réus seriam absolvidos. A solução foi encontrada mediante a seguinte composição do júri: "seis brancos, um português, dois japoneses, dois chineses e um havaiano"⁴⁷.

Nos Estados Unidos, a *Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups* lamentava que ainda em 1976 a cidade de Barnstable, em Cape Cod, continuasse a classificar os grupos étnicos da população em duas categorias: de um lado, finlandeses, gregos, irlandeses e judeus; de outro, negros, portugueses e wampanoags — ou seja, um grupo de inequivocamente brancos e um grupo de não-brancos⁴⁸. Na mesma lógica, em 1972 o Ethnic Heritage Program considerava os portugueses uma das sete minorias étnicas/raciais do país: negro, índio americano, hispânico, oriental, português, havaiano nativo, nativo do Alasca — ou seja, eram o único grupo de emigrantes europeus a que era recusada a origem européia⁴⁹.

Originalmente mestiço, calibanizado em casa pelos estrangeiros que o visitavam, cafrealizado nas suas colônias, semicalibanizado nas colônias e ex-colônias das potências européias por onde andou, como pôde esse Próspero ser colonizador e colonizar prosperamente? E será possível ser consistentemente pós-colonial em relação a um colonizador tão desconcertante e exasperantemente desclassificado e incompetente?

(41) Cf. *ibidem*, p. 115, 114.

(42) Almeida, Miguel Vale de. *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta, 2000, p. 7.

(43) Cf. Harney, *op. cit.*, p. 115.

(44) Cf. Garcia de Leon, Antón. *Contrapunto entre lo barroco y lo popular en el Veracruz colonial*. Comunicação ao colóquio internacional "Modernidad europea, mestizaje cultural y ethos barroco", Universidad Nacional Autónoma de México, maio de 1993.

(45) Baganha, Maria Ioannis. *Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*. Nova York/Londres: Garland, 1990, p. 288.

(46) Harney, *op. cit.*, p. 115.

(47) *Ibidem*, p. 115.

(48) Cf. *ibidem*, p. 117.

(49) Cf. Baganha, Maria I. Resenha de Higgs (org.), *op. cit. Análise Social*, XXVI (111), 1991, p. 448. Embora não ponha em causa esses dados e a existência de racismo contra os portugueses nos Estados Unidos, Baganha considera que algum desse racismo se dirigia a outros grupos de europeus, como os de Leste. Não deixa porém de assinalar que o Johnson Act de 1924 e o National Origins System de 1927 restringiam a entrada no país dos grupos "não assimiláveis" e que desses grupos faziam parte os portugueses.

Jogos de espelhos III: os momentos de Próspero

Diviso dois momentos de Próspero no colonialismo português: o do final do século XIX e primeiras décadas do XX e o do 25 de Abril até a adesão à UE. Em qualquer desses momentos a ascensão de Próspero no magma identitário português faz-se sob a pressão de fatores externos, sempre sob a forma da Europa capitalista desenvolvida. O primeiro momento ocorre no período pós-Conferência de Berlim (1884-85), em que a ocupação efetiva dos territórios sob domínio colonial se torna condição da manutenção desse domínio. Feita a partilha da África, os países europeus industrializados dão à empresa colonial uma feição imperial que a vincula estreitamente à exploração capitalista das colônias, o que pressupõe um rígido controle político e administrativo sobre elas. Para garantir sua presença na África, Portugal vê-se obrigado a agir como as restantes potências europeias, como se o desenvolvimento interno do capitalismo português tivesse exigências comparáveis, o que não era o caso. Esse fato não escapa à historiografia inglesa, a serviço do imperialismo britânico e, portanto, hostil ao imperialismo português. Em seu *The scramble for Africa, 1876-1912*, Thomas Pakenham é exemplar a esse respeito: "E havia Portugal, meio senil e ainda mais arruinado, agarrado às suas possessões na África, Angola e Moçambique, mais por soberba do que na esperança do lucro"⁵⁰.

É verdadeiramente nesse momento que surge o indígena primitivo como contraponto ao português colonizador, representante ou metáfora do Estado colonial. O processo que faz descer o indígena ao *status* que justifica a sua colonização é o mesmo que faz subir o português ao *status* de colonizador europeu. A dicotomia entre os portugueses e a Coroa desaparece. O império portátil que os portugueses a partir de agora transportam não é um auto-império sujeito às fraquezas e forças de quem o transporta, mas a emanação de uma força transcendente: o Estado colonial. O português branco e o indígena primitivo surgem simultaneamente divididos e unidos por dois poderosos instrumentos da racionalidade ocidental: o Estado e o racismo. Por meio do Estado procura-se garantir a exploração sistemática da riqueza, convertendo-a em missão civilizatória mediante a translação para as colônias dos modos de vida civilizados da metrópole — a criação mimética de "pequena Europa" na África de que fala Edward Said⁵¹. Por meio do racismo obtém-se a justificação científica da hierarquia das raças, para o que são mobilizadas tanto as ciências sociais como a antropologia física.

A ocupação territorial, de que é bom exemplo a campanha contra Gungunhana, visa reduzir os africanos, a começar pelos seus reis, à condição de subordinados dóceis, ao mesmo tempo que as sucessivas missões de exploração científica visam estabelecer e petrificar a inferioridade dos negros⁵². Num contexto de prosperidade do colono português, não admira que a cafreização e a miscigenação sejam estigmatizadas com particular violência. Em 1873 escreve António Ennes que "a cafreização é uma espécie de reversão do homem civilizado ao estado selvagem"⁵³. Do mesmo

(50) Apud Furtado, Filipe. "Portugal em histórias de Inglaterra". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 6, 1997, p. 77.

(51) Said, Edward. *The question of Palestine*. Nova York: Vintage, 1980, p. 78.

(52) Num trabalho em co-autoria com F. Barros, Rodrigues Júnior chega a afirmar categoricamente a insensibilidade dos pretos à dor (cf. "Notas etnográficas de Moçambique". In: *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Lisboa, 1950, vol. 5, p. 619).

(53) Ennes, Antonio. *Moçambique: relatório apresentado ao governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946 [1873], p. 192.

modo, Norton de Matos, que foi governador-geral de Angola e era paladino do assimilacionismo, insurge-se contra a assimilação invertida ao dizer que em 1912 circulavam entre os indígenas "alguns europeus, em número felizmente reduzido, que por tristes circunstâncias se tinham integrado na vida dos indígenas não civilizados e se adaptado por completo aos seus usos e costumes"⁵⁴.

Enquanto o português passa de criminoso degredado propenso a cafrealizar-se à condição de agente civilizatório, os nativos passam de reis e de servos de reis à condição da mais baixa animalidade, na qual são suscetíveis de domesticação apenas por via do gesto imperial. É a animalidade do negro que justifica a brutalidade do trabalho forçado⁵⁵. Assim, lê-se numa publicação oficial do Ministério das Colônias de 1912 que o indígena, "dado à embriaguez por atavismo de muitas gerações", "é rebelde ao trabalho manual, ao qual acorrenta a mulher; é cruel e sanguinário, porque assim o educou o meio em que vive; não tem enraizado na alma o amor da família e dos seus semelhantes"⁵⁶. Mas a demonização do colonizado atinge o paroxismo quando referida à mulher. É que esta é considerada responsável pela miscigenação, agora estigmatizada como o grande fator de degeneração da raça, como o expressa António Ennes:

A África encarregou a preta de a vingar dos europeus, e ela, a hedionda negra — porque não há negra que não seja hedionda —, conquista para a sensualidade dos macacos, para os ciúmes ferozes dos tigres, para os costumes torpes e desumanos dos escravistas, para os delírios do alcoolismo, para todos os embrutecimentos das raças inferiores, e até para os dentes das quizumbas [hienas] que escavam os cemitérios, os altivos conquistadores do Continente Negro⁵⁷.

Entre o homem branco e o homem negro ergue-se uma barreira intransponível que é ao mesmo tempo o traço da união entre ambos. Nesse jogo de espelhos o negro é selvagem e porque é selvagem tende a pensar que "nós" é que somos selvagens. Em 1911 um médico em missão no vale do rio Zambeze escreve que o caráter "desconfiado e egoísta" do indígena

não lhe permite compreender o interesse que o europeu tem em cuidar da sua saúde [...], e então aventa a esse respeito as hipóteses mais inverossímeis. Nós para eles somos os selvagens, atribuem-nos os piores instintos e tratam de acautelar, tanto quanto lhes permite a sua estupidez preguiçosa, a vida, mulheres e haveres. [...] O indígena não compreende os motivos de ordem abstrata nem razões altruístas; assim, não podendo explicar por outra forma a colheita de amostras de sangue destinadas a exame, supõe que é para comer. O médico que procede a esse serviço é olhado pela maioria como antropófago e é

(54) Apud Barradas, Ana. *Mi-nistros da noite — livro negro da expansão portuguesa*. Lisboa: Antígona, 1992, p. 54.

(55) Para Rodrigues Júnior (*O negro de Moçambique — estudo*. Lourcnço Marques: África Editora, 1955, pp. 22-23), "não há dúvida de que o branco não pode exercer, em África, determinadas funções. A sua resistência física não suporta, por exemplo, a violência do trabalho da enxada". Citando Marcelo Caetano, ele afirma que "o preto tem condições de resistência natural e uma adaptação ao meio que lhe permitem trabalhar nos climas tropicais em certas atividades em muito melhores condições que o europeu [...]. É necessário forçar [o negro] à contribuição que deve dar para o desenvolvimento da riqueza pública; é preciso obrigá-lo a produzir [...]. Trata-se de proteger o negro, de integrá-lo no sistema económico de Moçambique".

(56) Apud Barradas, op. cit., p. 124.

(57) Ennes, op. cit., p. 192.

*curioso que até os indivíduos que de perto me serviam supunham ser sangue o vinho que eu consumia*⁵⁸.

O canibalismo é um tema recorrente em momentos de espelhos polarizados entre Próspero e Caliban. E também aqui o mesmo vínculo que separa abissalmente permite a mais íntima reciprocidade. Por isso, a atribuição de canibalismo aos africanos surge freqüentemente articulada com a mesma atribuição aos colonizadores por parte dos africanos. Assim se lê numa narrativa recolhida por Henry Junod no sul de Moçambique em inícios do século XX: "— O Gungunhana morreu. Os portugueses comeram-no! [...] Os portugueses comem carne humana"⁵⁹.

Em face da polarização, a colonização efetiva é um direito-dever. Hegel já afirmara peremptoriamente que a África, "terra da infância, oculta no escuro da noite", "não é uma parte do mundo histórico"⁶⁰. Por isso, a colonização constitui para os Estados civilizados, nas palavras de Ruy Ennes Ulrich em 1909, "um dever de intervenção": não vá "metade do mundo" ficar "no seu estado natural" e "entregue a populações selvagens"⁶¹. Não espantará que os administradores coloniais sintam que esse dever não pode ser cumprido sem violência. Escreve Alberto d'Almeida Teixeira em seu *Relatório das operações realizadas com o fim de prolongar a ocupação até ao rio Cuilo*, datado de 1907:

*É convicção minha que, sendo a idéia de independência intuitiva nos povos selvagens, como é inato neles o ódio à raça superior, os processos de persuasão e de catequese serão de princípio quase sempre estéreis e necessitarão do apoio e da manifestação prévia da força para produzir frutos*⁶².

A partir da polarização dicotômica entre o homem branco e o negro selvagem, essa missão civilizadora impõe ao colonizado uma dupla dinâmica identitária: a antropologia colonial e o assimilacionismo. A antropologia colonial visa conhecer os usos e costumes dos indígenas de modo a melhor controlá-los politicamente, administrá-los e extrair-lhes impostos e trabalhos forçados. As diferentes formas de "governo indireto" adotadas na África no final do século XIX assentam na antropologia colonial. O assimilacionismo é uma construção identitária assente num jogo de distância e proximidade do colonizado em relação ao colonizador nos termos do qual o primeiro — mediante procedimentos que têm alguma semelhança com os da naturalização — abandona o estágio selvagem. Sua subordinação deixa de estar inscrita num código jurídico especial (como o Estatuto do Indigenato, por exemplo) e passa a ser regulada pelas leis gerais do Estado colonial. O assimilado é protótipo de uma identidade bloqueada, construída sobre uma dupla desidentificação: quanto às raízes africanas, às quais deixa de ter

(58) Sant'Anna, José Firmino. *Missão da Doença do Sono: trabalhos de outubro a novembro de 1991 (N'hantsua, Tete)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Secção dos Serviços de Saúde, 1911, p. 22.

(59) Junod, Henry. *Usos e costumes dos Bantu*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996 [1917], vol. 2, pp. 299-300.

(60) Hegel, Georg W. F. *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. Org. por Eva Moldenhauer e Karl M. Michel. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970, pp. 120, 129.

(61) Ulrich, Ruy E. *Política colonial — lições feitas ao curso do 4º ano jurídico no ano de 1908/09*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909, p. 698.

(62) Apud Barradas, op. cit., p. 128.

acesso direto, e quanto às opções de vida européia, a que só tem um acesso muito restrito.

O assimilacionismo, combinado com a miscigenação, é o que confere à sociedade africana a sua distinta heterogeneidade. Em 1952, questiona Alexandre Lobato:

*E que se observa na população de Moçambique? Uns milhões de pretos em estado primitivo, uns milhares de brancos civilizados à européia, alguns milhares de mulatos semi-europeus e semi-indígenas na maior parte, uns milhares de indianos [...] e uns quantos pretos assimilados, civilizados, europeizados. [...] não há povo moçambicano no sentido em que se fala do povo português [...]. Não há em Moçambique um pensar coletivo*⁶³.

(63) Lobato, Alexandre. *Sobre cultura maçambicana*. Lisboa: Gradiva, 1952, pp. 116-117.

O máximo de consciência possível do pensamento colonial é lamentar que os povos colonizados sejam aquilo no que as políticas coloniais os transformaram.

O momento de Próspero dos portugueses no virar do século XIX para o XX foi um momento excessivo em relação às suas condições de possibilidade. Fortemente condicionado pelas pressões internacionais após a partilha da África, o colonizador português não podia contudo romper inteiramente com a longa duração histórica da interidentidade entre Próspero e Caliban. Revelou-se, assim, um Próspero inconseqüente e subdesenvolvido. Com arrepiante frieza colonialista escreve acerca de Angola o então governador-geral demissionário Norton de Matos, em relatório datado de março de 1915:

Não temos sabido ocupar e dominar Angola. As nossas campanhas têm-se limitado à organização de colunas que infligem ao gentio revoltado [...] castigo mais ou menos severo e que, terminada a sua missão militar, ganhos alguns combates, feitos alguns prisioneiros, mortos ou fuzilados alguns indígenas, retiram e se dissolvem deixando aqui e além um pequeno forte mal artilhado e pior guarnecido, que o gentio em breve considera inofensivo. A ocupação militar intensa durante um longo período (cinco anos pelo menos) a seguir à ação violenta e indispensável do combate, da destruição de culturas e povoações, do aprisionamento e fuzilamento dos chefes indígenas, tendo por fim a escolha e a manutenção de chefes novos que saibamos transformar em criaturas absolutamente nossas, o desarmamento geral, a obrigação de trabalhos remunerados em obras do Estado, a facilitação do recrutamento de trabalhadores [...] para trabalhos particulares e o recrutamento militar, o desenvolvimento agrícola e comercial da região ocupada, a cobrança de impostos de cubata e a

*transformação necessária do regime de administração militar ou de capitania-mor no regime de circunscrição civil — constituem um sistema racional de ocupação apenas iniciado nos últimos anos*⁶⁴.

(64) Apud Barradas, op. cit., p. 132.

Alguns anos antes Oliveira Martins manifestara a mesma preocupação perante a falta de condições do colonizador português para colonizar com competência:

*Estar de arma — sem gatilho — ao ombro, sobre os muros de uma fortaleza arruinada, com uma alfândega e um palácio onde vegetam maus empregados malpagos, a assistir de braços cruzados ao comércio que os estranhos fazem e nós não podemos fazer, a esperar todos os dias os ataques dos negros e a ouvir o escárnio e o desdém com que falam de nós todos os que viajam na África — não vale, sinceramente, a pena*⁶⁵.

(65) Oliveira Martins, Joaquim Pedro. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Parceria António Mário Pereira, 1904 [1880], p. 286.

Essa incapacidade de Próspero para se assumir como tal é testemunhada não só pelos administradores coloniais, mas também pelos estrangeiros e assimilados. Em 1809 o capitão Tomkinson relata o seguinte sobre a condição dos portugueses de Moçambique:

*O solo parecia fértil, com abundante fruta tropical [...], mas as plantações mais parecem pertencer a pobres nativos não civilizados do que a europeus. Embora a terra seja boa para o cultivo do açúcar, do café e do algodão, eles apenas tratam da fruta e cultivam milho e arroz que bastem para o seu sustento. [...] cada plantação tem um número incrível de escravos tão mal vigiados que a sua principal atividade é arranjar mantimentos para uso próprio*⁶⁶.

(66) "Report of captain J. Tomkinson to vice-admiral Al-bermarble Bertie". In: Theal (org.), op. cit., vol. 9, pp. 4-5.

Outro testemunho no mesmo sentido surge em 1823, numa carta do capitão Owen. Segundo ele, é tal a "autoridade militar e arbitrária" dos mercadores portugueses em Moçambique que "os estrangeiros que com eles desejam comércio [estão] sujeitos a toda espécie de grosseira indignidade e impertinência". E conclui Owen: "Que a decadência persiga os portugueses para onde quer que vão é consequência natural de sua política estreita e mesquinha"⁶⁷. Em visita ao Brasil em 1815, os naturalistas alemães Spix e Martius contrastam os europeus com os portugueses, estes mais vulneráveis à "degeneração moral" do colono nos trópicos, revelando, além de "falta de diligência e indisposição para o trabalho", uma "falta de educação e respeito no trato dos escravos da casa, não estando habituados a eles na Europa"⁶⁸.

(67) "Letter from captain W. F. W. Owen to J. W. Crocker". In: Theal (org.), op. cit., vol. 9, p. 34.

(68) Apud Lisboa, Karen M. A. *Nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-20)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1995, pp. 182-183.

Igualmente cáustica é a avaliação do colonizador em momento de Próspero feita pelos assimilados. João Albasini escreve em 1913 sobre o branco dos subúrbios:

Num casebre escuro e malcheiroso, um balcão sebento, [...] bancos escuros, moscas voejando e... lixo, muito lixo. Para lá do balcão, um ser cabeludo e barbado mexe-se com alguma dificuldade, dando aqui e além um olhar distraído à sordidez das coisas que lhe garantem a bem-aventurança, o bago, a massa. É o mulungu [branco]; é a alma gentil da colonização⁶⁹.

(69) Albasini, João. "Amor e vinho (idílio pagão)". *OÁfrica-no* (Lourenço Marques), 11/06/1913.

Como uma maldição, o Caliban português persegue o Próspero português, segue-lhe os rastros, carnavalizando a sua postura como uma imitação rasca do que pretende ser.

O segundo momento de Próspero ocorre no contexto da Revolução de 25 de abril, com o fim da guerra colonial, o reconhecimento dos movimentos de libertação e a independência das colônias, prolongando-se no estabelecimento de relações de cooperação com os novos países de língua oficial portuguesa e na criação, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). É o momento do Próspero anticolonial ou descolonizador, semelhante ao que haviam vivenciado outras potências coloniais quase três décadas antes. O fim do colonialismo europeu foi um momento de Próspero na medida em que as potências coloniais, perante os excessivos custos políticos da manutenção das colônias, buscaram no reconhecimento de sua independência uma nova e mais eficiente forma de reproduzir a dominação sobre elas, que ficou conhecida por "neocolonialismo". O Caliban colonizado transmutou-se no país subdesenvolvido ou em desenvolvimento. Com isso o regime identitário alterou-se significativamente, mas a economia política subjacente quase nunca se alterou com igual intensidade. Ao contrário, a vinculação econômico-política às antigas potências coloniais continuou a ser decisiva para os países agora independentes. Paradoxalmente, deixou de haver Caliban para que Próspero sobrevivesse.

Mais uma vez o momento de Próspero português distingue-se em aspectos significativos do equivalente momento de Próspero europeu. Antes de mais, os processos históricos de independência do Brasil e das colônias africanas foram concomitantes a profundas transformações de sinal progressista na sociedade portuguesa: a Revolução Liberal, no primeiro caso, e o 25 de Abril, no segundo. Em ambos os processos houve portanto um sentido partilhado de libertação para o colonizador e para o colonizado, o que criou alguma cumplicidade entre a nova classe política portuguesa e a classe política dos novos países, sobretudo no caso das independências africanas. A conseqüência mais decisiva dessas rupturas simultâneas foi que, combinadas com a posição semiperiférica de Portugal

no sistema mundial, permitiram minimizar as seqüelas neocolonialistas no período pós-independência. No caso do Brasil, a incapacidade neocolonialista do Próspero português manifesta-se no pânico ante as conseqüências da sua perda. Aliás, o Brasil desempenhou o papel de "colônia colonizadora"⁷⁰ ao enviar os mais amplos contingentes de imigrantes brancos para Angola — que, de resto, estava desde há muito na dependência econômica dos brasileiros⁷¹.

Se a debilidade e incompetência do Próspero colonial português inviabilizou o neocolonialismo, propiciou, sobretudo no Brasil, a reprodução de relações de tipo colonial após o fim do colonialismo — o colonialismo interno. Ao fazê-lo, suscitou entre as elites que continuaram a exercer a dominação em nome próprio uma divisão sobre as suas responsabilidades históricas e as do colonizador entrementes saído de cena. Tratava-se de decidir, no fundo, se a incompetência das elites para desenvolver o país derivava ou não da incompetência do Próspero de que se tinham libertado. Seria a incompetência de Próspero uma pesada herança, um constrangimento incontornável das possibilidades de desenvolvimento pós-colonial, ou constituiria, pelo contrário, uma oportunidade insuspeitada para formas de desenvolvimento alternativas?

Assim deve ser lida a polémica entre iberistas e americanistas no Brasil. Para os iberistas, o atraso do país poderia ser convertido numa vantagem, na possibilidade de um desenvolvimento não individualista e não utilitarista, assente numa ética comunitária de que o mundo rural podia dar testemunho. Segundo Oliveira Vianna, na análise de Luiz Werneck Vianna, a singularidade brasileira era menos um produto da historicidade da metrópole do que da especificidade das relações sociais prevalentes no mundo agrário, onde uma classe aristocrática rural funcionava como um poder agregador particular⁷². Já Tavares Bastos via na herança da cultura política ibérica e o seu atávico antiindividualismo o fundamento do obscurantismo, autoritarismo e burocratismo do Estado brasileiro, sendo preciso romper com ela e criar um modelo social novo, tendo como referência a sociedade norte-americana, a indústria e a educação. A incompetência do Próspero ibérico é explicitada por Tavares Bastos quando afirma que, por não deter a força característica dos países do Norte, Portugal permitiu que "a geral depravação e bárbara aspereza dos costumes brasileiros [acabassem] por vingar em face da imposição cultural portuguesa"⁷³. Por outras palavras, foram as deficiências de Próspero que tornaram possíveis os excessos de Caliban.

No caso da África, está por fazer o julgamento histórico do Próspero colonial português, assim como não é ainda possível ajuizar da força e persistência das seqüelas neocolonialistas, sobretudo depois da adesão de Portugal à União Européia. As vicissitudes por que tem passado a CPLP são ilustrativas das debilidades do Próspero colonial português. De fato, este não tem conseguido impor sua hegemonia, ao contrário dos Prósperos inglês e francês em suas respectivas *commonwealths*: não só tem disputado a hegemonia com sua ex-colônia, o Brasil, como não tem podido impedir

(70) Ferro, op. cit., p. 179.

(71) Como refere Ferro (idem, p. 180), o ministro português Martinho de Melo e Castro queixava-se já em 1781 de que o comércio e a navegação estavam a escapar inteiramente a Portugal, "pois o que os brasileiros não dominam está nas mãos dos estrangeiros". Moçambique, por sua vez, esteve dependente do vice-rei da Índia até o século XVIII, de modo que ali o sistema econômico era largamente dominado por indianos.

(72) Vianna, Luiz V. *A revolução passiva, iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 162.

(73) Apud ibidem, p. 157.

que alguns países integrem comunidades "rivais", como é o caso de Moçambique em relação à inglesa e de Guiné-Bissau em relação à francesa. Como a hegemonia nesse tipo de comunidades tem significado a legitimação do neocolonialismo, a debilidade do Próspero português abre enormes potencialidades para relacionamentos democráticos e verdadeiramente pós-coloniais. É uma questão em aberto, no entanto, saber se o ex-colonizador é capaz de transformar essa fraqueza em força e se os ex-colonizados estão sequer interessados nisso.

Interidentidades: por um pós-colonialismo situado

Se alguma vez Próspero se disfarçou de Caliban, foi com a máscara dos portugueses. Semicolonizadores e semicolonizados, incapazes de produzir regras à altura de sua complexa situação, os portugueses não puderam regular eficazmente suas colônias e, por isso, também não puderam preparar ordenadamente a sua emancipação. A guerra colonial na África é a melhor demonstração dessa dupla incapacidade. Daí também que nunca tenha havido colônias e ex-colônias tão autônomas em relação ao colonizador e ao ex-colonizador: nenhum outro poder colonial transferiu a capital do império para uma colônia sua, nem em nenhum outro país colonizador suscitou tanto medo a ascendência da colônia. A colonização portuguesa surge, assim, como um processo caótico que, à força de se reiterar multissecularmente, se transformou numa espécie de ordem. Foi um colonialismo que, por incompetência ou incapacidade, possibilitou a emergência de ilhas de relações não imperiais no interior do império.

A ausência de padrão e essa oscilação entre um Próspero com pés de Caliban e um Caliban com saudades de Próspero foram se sedimentando numa das características da identidade dos portugueses, e talvez a mais intrinsecamente semiperiférica: aquilo que os jornalistas esportivos, ao comentar o comportamento irregular da seleção nacional de futebol, chamam de "oito-oitentismo". O oito-oitentismo, sendo um padrão, é também a ausência de um padrão. Sugere uma forma identitária que vive permanentemente numa turbulência de escalas e perspectivas em que se trivializam os extremos, sejam eles exaltantes ou indignificantes, em que não se radicaliza nada senão a opção radical de nunca optar radicalmente. Isso tem um efeito de presentificação devoradora, mediante o qual os palimpsestos do que somos assumem uma contemporaneidade desconcertante: a de tudo ser contemporâneo de tudo.

As atitudes e comportamentos que essa configuração identitária comporta predispõem a formas de representação e atuação que dispensam prova, ou seja, que se distinguem pela emergência, pelo seu caráter aparente, sem outra justificação senão a sua evidência *post factum*. o que se diz delas para as justificar, quando ocorrem, pode-se dizer, sem contradição, para justificar sua não-ocorrência. Entre essas formas de representação

displcentes assumem particular relevo na construção identitária dos portugueses a urgência, a sugestão, a surpresa, a improvisação e a violência não organizada. Qualquer delas aponta para formas de validação que só são convincentes como biografia e expressividade. Essa forma epistemológica permite criticar a racionalidade moderna e, ao mesmo tempo, criticar os racionalistas modernos por não o serem suficientemente. A dispensabilidade da prova, a emergência e a contingência tornaram-se particularmente correntes a partir do momento, logo no século XVII, em que a história da expansão europeia deixou de ser escrita pelos portugueses. Levados a viver os binarismos dos colonialismos hegemônicos — sujeito/objeto, civilizado/selvagem, cultura/natureza, humano/animal —, viveram-nos à distância, sob escalas impuras e "perspectivas curiosas", no sentido da pintura pós-renascentista⁷⁴. Dessa forma, os binarismos foram sendo carnavalizados como zonas abstratas onde tudo é proporcional à sua potencial desproporção.

(74) Cf. Sousa Santos, *A crítica da razão indolente*, loc. cit., p. 251.

Na ausência de critérios puros e peremptórios e de razões exterminadoras, o colonizador português não pôde apresentar um opulento menu de identidades imperiais. Nem identidade emancipadora nem identidade emancipada, oscilou entre Próspero e Caliban como que em busca da terceira margem do rio de que fala Guimarães Rosa. Nessas condições não foi possível consolidar essencialismos, os quais, sempre que nomeados, foram-no apenas para serem contestados, revelando assim sua intrínseca contingência. As colônias ora foram colônias, ora províncias ultramarinas; a miscigenação foi vista ora como degradação da raça, ora como a sua mais exaltante característica; e os povos nativos ora foram selvagens, ora cidadãos nacionais.

A instabilidade, a imperfeição e a incompletude do Próspero português tornaram problemática a sua auto-identificação, condição que arrastou a do próprio Caliban: um Próspero não ostentatório convocava um Caliban pedestre. Na ausência de critérios puros não há grandeza, mas tampouco há pequenez quando esses critérios, em vez de perdidos, nunca existiram. Quando os inimigos não se deixam medir, não são grandes nem pequenos, e por isso não conseguem estabilizar as lutas entre si. Um Próspero tão difuso a ponto de se confundir por vezes com Caliban não podia senão confundir este último, baralhar-lhe a identidade e bloquear-lhe a vontade emancipatória. A difícil calibração da dimensão de Próspero e de sua verdadeira identidade fez Caliban correr o risco de ser colonialista no seu afa anticolonial, ao mesmo tempo que lhe permitiu, como a nenhum outro, ser pré-pós-colonial na constância formal do colonialismo. O colonialismo informal de um Próspero incompetente permitiu que durante muito tempo setores significativos dos povos colonizados não tivessem de viver cotidianamente a experiência de Caliban e que alguns deles — e não apenas na Índia — pudessem eles próprios pensar-se como o verdadeiro Próspero e agir como tal em seus domínios. Muitas vezes puderam negociar com o Próspero vindo da Europa quase em pé de igualdade a administração dos territórios e as regras a que ela estaria sujeita.

À luz do que fica dito, é consabidamente difícil pensar o pós-colonialismo no espaço de língua oficial portuguesa. A meu ver, não obstante, ele deve centrar-se paradoxalmente nas fraquezas do Próspero português. Duas orientações me parecem decisivas. A primeira diz respeito ao colonialismo interno e é particularmente pertinente no caso brasileiro. A fraqueza interna do colonialismo português tornou possível a independência conservadora do Brasil. Às elites oligárquicas foi permitido transferir para as suas contas as estruturas de dominação colonial ao mesmo tempo que cantavam loas ao ato inaugural da construção do Estado nacional. O colonialismo interno é a grande continuidade desse espaço, e é contra ele que deve dirigir-se, numa primeira orientação, o pós-colonialismo de língua portuguesa. Em que medida o colonialismo interno existe ou está a emergir nas ex-colônias da África, sobretudo Angola e Moçambique, é uma questão em aberto.

A segunda orientação diz respeito à globalização contra-hegemônica. Tem a ver com a fraqueza externa de Próspero, com o fato de o colonialismo português ter ficado refém, desde cedo, do colonialismo hegemônico, sobretudo inglês, e das formas de imperialismo em que ele se traduziu até a sua última encarnação, nos nossos dias, sob a figuração de globalização neoliberal, em que pontificam os Estados Unidos da América. Aliás, são essas formas imperiais que permitem hoje a consolidação do colonialismo interno nos países saídos do colonialismo português. A segunda orientação é, pois, a de que o pós-colonialismo deve ser dirigido contra a globalização hegemônica e as novas constelações de dominação local/global, interna/externa que ela possibilita. Em nome do pós-colonialismo, hoje faz tão pouco sentido agitar a bandeira antiespanhola na Colômbia quanto agitar a bandeira antiportuguesa no Brasil, em Moçambique ou Angola.

À luz dessas duas orientações, o pós-colonialismo no espaço português terá menos de "pós" do que de anticolonialismo. Trata-se de um pós-colonialismo desterritorializado, porque dirigido contra uma engenharia de injustiça social, de dominação e de opressão que dispensa os binarismos modernos em que assentou até agora o pós-colonialismo — local/global, interno/externo, nacional/transnacional. De fato, o novo pós-colonialismo só faz sentido como luta por uma globalização contra-hegemônica, como busca de novas alianças locais/globais entre grupos sociais oprimidos pelos diferentes colonialismos.

Deve-se ter presente, contudo, que o caráter do Próspero português, relutante e incompetente, incompleto e calibanesco, ao mesmo tempo que fundamenta essa posição pós-colonial avançada, torna difícil a sua prossecução na medida em que produz um efeito de ocultação ou, o que é o mesmo, de naturalização das relações de poder. Sendo um Próspero incompleto, o mundo que ele criou foi o mesmo mundo que o criou a ele. O poder de criação aparece assim repartido entre um Próspero calibanizado e um Caliban prosperizado. Aqui têm residido a arrogância e a legitimidade das elites pós-independentistas.

A análise de algumas formulações brasileiras das comemorações dos 500 anos do Descobrimento revela a ênfase posta na pluralidade de povos

que confluíram ao país para além dos índios, que já estavam, e dos negros, que vieram à força: italianos, alemães, espanhóis, chineses, japoneses, portugueses etc. Posto ao par dos demais emigrantes, o Próspero relutante dissolve-se na multidão. No entanto, essa equiparação oculta que, pelo menos até a Independência, os portugueses não foram tão-só um grupo de emigrantes entre outros e que o poder colonial que protagonizaram, apesar de particular, não foi, por isso, menos colonial. Ao evacuar Próspero, essa representação da "nação arco-íris" evacua as relações de poder colonial e transforma o Descobrimento num ato plural, não-imperial, num exercício de fraternidade e democracia intercultural e interétnica. Dessa ocultação podem se alimentar a indolência da vontade anticolonial e a neutralização das energias emancipatórias, sendo pois de suspeitar que as elites não sejam ingênuas quando promovem tais representações.

Ora demasiado familiar para se fazer notar, ora demasiado telescópico para ser visto a olho nu, esse Próspero furtivo convida à complacência ante um poder das elites que se insinua miniaturizado pela ausência do poder de Próspero. As dificuldades em desenvolver estratégias pós-coloniais no espaço do colonialismo português são, assim, o outro lado das abrangentes possibilidades de globalização contra-hegemônica criadas por esse tipo de colonialismo.

Recebido para publicação em
26 de maio de 2003.

Boaventura de Sousa Santos é
professor de Sociologia na Fa-
culdade de Economia da Uni-
versidade de Coimbra e diretor
do Centro de Estudos Sociais
da mesma universidade. Publi-
cou nesta revista "Fragmentos
de uma nova teoria da história"
(nº 47).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 66, julho 2003
pp. 23-52
